

AO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL, LUIZ FUX.

REFERÊNCIA: AS 114/DF
INQ 4898/DF e AP 1044/DF

DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA, na condição de investigado no inquérito serôdio supracitado, já devidamente qualificado, em razão dos andamentos nos autos, vem, tempestivamente, **OPOR-SE SISTEMATICAMENTE À DISTRIBUIÇÃO INDICADA** a esta Presidência, o que passa a expor.

Este Presidente também está no rol de SUSPEITOS no julgamento desta causa, haja vista fazer parte do polo passivo da presente arguição.

Nenhum JUIZ pode julgar a própria suspeição e afirmar que não é SUSPEITO.

Tal desiderato, nos termos do Regimento Interno do STF, Art. 278 seria cabível ao Presidente:

Art. 278. A suspeição será arguida perante o Presidente, ou o Vice-Presidente, se aquele for o recusado.

Ainda, caberia à Vice-Presidente a função de receber a arguição quando o Presidente for o SUSPEITO.

Data máxima vênia, é a máxima que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.



Não é crível, JURIDICAMENTE, admitir que este Presidente julgue a própria SUSPEIÇÃO, e quando for suspeito, a vice assumiria o posto.

Porém, a Vice-Presidente TAMBÉM é SUSPEITA, assim, inexistente previsão regimental para esse caso, que é deveras INUSITADO.

Sendo assim, e diante da IMPOSSIBILIDADE de este Presidente e sua Vice em apreciar o pedido de SUSPEIÇÃO dos próprios e outros SETE ministros, tem-se que este Excelso Tribunal é INCOMPETENTE para apreciar o feito.

Calha ressaltar que a Lei 1.079/50 apresenta no seu Art. 39, item 2, como CRIME DE RESPONSABILIDADE dos ministros do Supremo Tribunal Federal:

“Art. 39. São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

(...)

2 - proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa;” Grifamos.

Portanto, Vossas Excelências, PRESIDENTE e VICE-PRESIDENTE, não podem julgar a presente arguição, sob pena de cometimento de CRIME DE RESPONSABILIDADE, previsto no Art. 39, item 2, da Lei 1.079/50.

Por outro lado, tendo em vista que os supostos crimes cometidos pelo Excipiente foram oriundos da LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, 7.170/83, já revogada em 01/09/2021, no seu artigo 30, reluzente era a COMPETÊNCIA para julgar delitos desta lei.

Dizia o Art. 30:

“Compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes previstos nesta Lei, com observância das normas estabelecidas no Código de Processo Penal Militar, no que não colidirem com disposição desta Lei, ressalvada a competência originária do Supremo Tribunal Federal nos casos previstos na Constituição.”

A ressalva era no tocante à competência originária desta Excelsa Corte, porém, NOVE MEMBROS do STF são suspeitos, o que afasta indubitavelmente tal competência.

Sendo assim, em respeito ao DEVIDO PROCESSO LEGAL, IMPARCIALIDADE, AMPLA DEFESA e CONTRADITÓRIO, bem como a vedação a Tribunal de Exceção, o que está sendo fomentado nesta ocasião, **REQUER o declínio**

de competência do presente caso, e todos oriundos que envolvam o Deputado Federal Daniel Silveira, em razão da DENÚNCIA ter sido fundamentada na LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, **ao SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, para processar e julgar o presente e demais casos.**

O não acatamento do requerimento incorrerá a este Presidente e sua Vice, no CRIME DE RESPONSABILIDADE previsto no Art. 39, item 2, da Lei 1.079/50, e quem mais ousar julgar a própria suspeição.

Termos em que,
Pede **URGENTE** deferimento, e providências.

De Goiânia/GO para Brasília/DF, 12 de abril de 2022, **10:40h.**

(assinado eletronicamente)

PAULO CÉSAR RODRIGUES DE FARIA

Advogado – DF 64.817 e GO 57.637

